

Nailda Marinho da Costa Bonato

Professora da UNIRIO. Doutora em Educação pela Unicamp. Especialista em Administração de Sistemas de Informação pela UFF. Pedagoga e Arquivista.

O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

Uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres

O artigo apresenta e discute o uso do material do Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que é parte do acervo do Arquivo Nacional, como fonte de pesquisa do projeto "Concepções da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino sobre a educação das mulheres", e destaca a documentação da I Conferência pelo Progresso Feminino, de 1922.

Palavras-chave: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, história da educação feminina, I Conferência pelo Progresso Feminino, Bertha Lutz.



The paper relates the use of the documentary from the Archive Brazilian Federacy for Feminine Progress, which is part of the collection of the Arquivo Nacional do Brasil, as source in the research for the project "Conceptions of the Brazilian Federacy for the Feminine Progress about women's education". It emphasizes the documentation of the First Conference for the Femine Progress, from 1922.

Keywords: Brazilian Federacy for the Feminine Progress, history of the women's education, First Conference for the Women Progress, Bertha Lutz.

A partir dos anos de 1980 "a pedagogia foi atravessada por um feixe de 'novas emergências', novas exigências e novas fórmulas educativas, novos sujeitos dos processos formativos/educativos e novas orientações político-culturais".¹ Entre essas novas orientações temos os movimentos

femininos iniciados ainda no século XIX, visando o resgate social e a afirmação política das mulheres, "reclamando o voto, a instrução, as tutelas sociais para o trabalho feminino e a maternidade que puseram no centro da consciência educativa e da reflexão pedagógica o problema do gênero".² No campo da pesqui-

sa em educação, no rastro da construção de *uma nova história da educação*, o objeto *educação feminina* tomou impulso, firmando-se nos anos de 1990 como uma nova abordagem de pesquisa.

Para se pensar a educação feminina no presente, faz-se necessário ir ao passado, a fim de compreender como as mulheres e sua forma de inserção na instituição escolar e na sociedade foram se modificando ao longo do tempo. Isso nos leva a buscar o lugar de sua própria participação nesse processo, tendo em vista a sua história de luta política reivindicatória por direitos sociais e garantias individuais. Como nos ensina Le Goff, precisamos “estar atentos às relações entre presente e passado, isto é, compreender o presente pelo passado, mas também compreender o passado pelo presente”.³ Nesse sentido, elaborei o projeto de pesquisa institucional “As concepções da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino sobre educação das mulheres”,⁴ tendo como fonte privilegiada o fundo/arquivo da própria Federação (FBPF), contido no acervo do Arquivo Nacional. Por meio dessa fonte de informação, resgata-se a memória de parte do pensamento feminista brasileiro, que tomou forma nas primeiras décadas do século XX, pertinente à educação e instrução da mulher brasileira.

Por meio das leituras dos documentos, busco compreender a tessitura em que as concepções se forjaram, o contexto histórico-social em que se desenvolveram

e suas repercussões na sociedade e na educação oficial, balizada pelas seguintes questões:

- Quais foram os motivos para a criação da Federação?
- Qual era o ideário educativo defendido pela Federação relativo à educação e instrução das mulheres? Quais as transformações sofridas no pensamento educacional da entidade no percurso de sua existência, assim como os seus motivos?
- Quais as suas contribuições para o acesso das mulheres a uma maior escolarização e inserção social?
- Em sua trajetória de luta, teve a Federação influência nas políticas públicas instituídas para a educação feminina?

Como estratégia metodológica está sendo feito um levantamento, seleção, identificação e descrição dos documentos (escritos e imagéticos) em todo o fundo/arquivo FBPF,⁵ que trazem a questão da educação e da instrução para as mulheres. Esse procedimento vem tornando necessária a busca de novas fontes no Arquivo Nacional e em outras instituições de memória, visando cruzar a leitura da documentação em foco com essas outras fontes e a bibliografia estudada, a fim de se ter um corpus de interlocução para a compreensão das questões postas à pesquisa.

Quando iniciei a pesquisa encontrei o arquivo organizado parcialmente, haven-

do apenas como instrumento de pesquisa⁶ um 'inventário sumário',⁷ elaborado em 1989, identificado da seguinte maneira: Fundo/Coleção⁸ Federação Brasileira pelo Progresso Feminino; Datas-limite: 1902 a 1979; Código do Fundo: Q0 Seção de Guarda: SDP; Instrumento SDP 046 – CODES. Os documentos estavam envolvidos por papel, em envelopes ou encadernados, trazendo na frente uma descrição sumária do conteúdo e armazenados em caixas de metal, alguns em precárias condições e necessitando de um tratamento técnico de conservação⁹ e até mesmo de restauração.¹⁰ Por isso a necessidade de vasculhar todas as caixas minuciosamente, tendo em vista meus objetivos, o que demandava um grande tempo.

Talvez, pelo exposto, em dezembro de 2005 o material foi fechado à consulta visando sua reorganização com a elaboração de um novo instrumento de pesquisa. Quando terminei este artigo estava esperando a reabertura do acesso à documentação textual,¹¹ pois ainda faltam muitas caixas a serem abertas e vasculhadas e muito material a ser trabalhado. Porém, quanto à documentação iconográfica, fui informada do término de sua organização, devendo ser disponibilizada futuramente à consulta pública por meio eletrônico, através de um novo instrumento de pesquisa.

Enquanto isso não acontece, estou analisando o material já coletado e partindo para outros arquivos e instituições em

busca de outros documentos, necessidade surgida em virtude da pesquisa nesse fundo arquivístico.

A FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO E BERTHA LUTZ

Criada por um grupo de mulheres de classe média e de alta escolaridade, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tinha como membros de sua diretoria: Bertha Lutz; Stella Durval; Jeronyma Mesquita; Cassilda Martins; Esther Ferreira Vianna; Evelina Arruda Pereira; Berenice Martins Prates.¹² A documentação aponta para a atuação e presença marcantes de Bertha Lutz como presidente, considerada pioneira nas lutas feministas no Brasil.

Bertha Maria Júlia Lutz nasceu na cidade de São Paulo, no dia 2 de agosto de 1894, filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do médico-cientista Adolfo Lutz. Bióloga graduada pela Universidade da Sorbonne, é nomeada, por concurso, em 1919, para alto cargo no Museu Nacional.

A trajetória de Bertha se confunde com a própria trajetória da FBPF. Após estudos na Europa, de volta ao Brasil, em 1918, então com 24 anos, lutou intensamente pela emancipação feminina, no sentido de que fossem devidamente reconhecidos os direitos da mulher como pessoa humana e membro ativo da sociedade. Seu pensamento sobre as questões femininas é expresso, por exemplo, nos textos publicados nos boletins da Federação. A luta pela emancipação femi-

nina, de acordo com os documentos do arquivo já consultados e analisados e com o *Dicionário mulheres do Brasil*, levou-a a criar, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher.¹³ Dessa iniciativa também tomou parte a professora e escritora Maria Lacerda de Moura, que, por divergências de idéias, acabou se afastando do grupo. Conforme o *Dicionário*, mudando-se para São Paulo, Maria Lacerda de Moura:

ficou indignada ao se deparar com as condições de vida do proletariado paulista. Abandonou, então, o discurso ameno e reformista do gru-

po ligado à FBPF e optou por maneiras mais contundentes de atuar politicamente, envolvendo-se intensamente com o movimento operário anarquista. Assumindo a presidência da Federação Internacional Feminina, entidade criada por mulheres de São Paulo e Santos.¹⁴

Há correspondências trocadas entre as duas ativistas feministas.

A Liga seria o embrião da Federação criada em 1922, que se tornaria uma referência do movimento feminista brasileiro na primeira metade do século XX, com



Berta Lutz

destaque especial para a conquista do sufrágio feminino alcançado em 1932, então sua principal bandeira de luta.

Posteriormente, a Liga passou a denominar-se Liga pelo Progresso Feminino. A adesão de mulheres de outros estados às idéias da entidade provocou a formação da Federação das Ligas pelo Progresso Feminino, que, em 19 de agosto de 1922, após a participação de Bertha Lutz na Conferência Pan-Americana de Mulheres, realizada em Baltimore, Estados Unidos, tornou-se a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organizando nesse mesmo ano a I Conferência pelo Progresso Feminino, da qual falaremos mais adiante.

Com sede no Rio de Janeiro à época de sua fundação, a Federação contava com um material de divulgação de suas idéias, sobretudo na capital, local privilegiado de manifestações sociopolíticas culturais. A entidade discutia, entre outros assuntos, a educação e a instrução para mulheres como meio destas conquistarem maiores garantias e direitos sociais e políticos, entre os quais o próprio direito à educação e à instrução.

O FUNDO FBPF: UMA FONTE MÚLTIPLA

Assim como na edição de um filme, quando terminamos uma tese de doutorado¹⁵ muito do material que foi coletado para a sua produção é “descartado” ou não utilizado em toda a sua potencialidade, con-

siderando o recorte dado à tese, no meu caso a educação profissional feminina. Porém, se por um lado, para esse objetivo inicial ele é desconsiderado, por outro é de extremo valor para a continuidade de nossas pesquisas e aprofundamento da nossa temática mais ampla – a educação feminina. Na busca de fonte para a tese, passaram pelos meus olhos e mãos uma diversidade de documentos, tais como: atas, relatórios, pareceres, fotografias, entre eles os documentos do Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, onde se destacava a documentação da I Conferência pelo Progresso Feminino, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1922, ano de fundação da FBPF.

Naquele momento, considerando meus objetivos, destaquei a discussão travada na Comissão de Educação e Instrução da Conferência, referente à Escola Profissional Feminina. Contudo, observamos que muitos outros temas foram discutidos, expressando o pensamento daquela entidade sobre a educação e instrução das mulheres, e que eram merecedores de análise no campo da pesquisa em história da educação.

Concluído o doutorado, elaborei o projeto institucional exposto acima e ora motivador deste artigo. O projeto tem entre seus objetivos: analisar as concepções educativas defendidas pela Federação relativas à educação das mulheres, entendendo-a como uma das entidades pioneiras do movimento feminista brasi-

leiro; e arrolar os documentos que, de uma forma ou de outra, nos apontam essas concepções visando à produção de um *repertório*¹⁶ de fontes, para propiciar a pesquisadores da educação e à sociedade em geral o acesso à informação pertinente à trajetória de luta das mulheres, por exemplo, pelo acesso a uma maior escolarização.

Considero o Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, conforme identificado no Arquivo Nacional, com datas-limite de 1902-1979, uma fonte primordial.¹⁷ De acordo com a definição dada pelo *Dicionário de terminologia arquivística*, fundo é uma “unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente,¹⁸ passa a conviver com arquivos de outras”.¹⁹ Por estar contido no acervo do Arquivo Nacional, e sendo a Federação uma pessoa jurídica, o seu arquivo, ao ser recolhido por aquela instituição de memória, se caracteriza como privado de pessoa jurídica, passando a se constituir em mais um dos fundos que compõem o referido acervo. Como fonte que encerra múltiplas possibilidades de pesquisa, pela sua variedade de espécies documentais e pelas possíveis temáticas que nele encontramos para o estudo sobre educação, ele foi arrolado no *Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira*, coordenado por Clarice Nunes e publicado pelo INEP, em 1992.

Composto de 89 caixas de documentos arrolados num inventário sumário, encontramos neste fundo arquivístico uma variedade de espécies documentais que nos levam a pensar a participação dessa entidade nas questões postas à educação feminina, tanto no âmbito oficial do sistema educacional, quanto na sociedade em geral. Composto de boletins de divulgação; estatutos da entidade; livros de atas; cartas; bilhetes; relatórios; recortes de jornais e revistas; discursos de suas associadas e dirigentes; entrevistas; artigos; índice dos arquivos do Museu Nacional, organizado por Bertha Lutz e publicado em 1920; originais dos anais da I Conferência pelo Progresso Feminino, de 1922, e do II Congresso Internacional Feminista,²⁰ de 1931; livreto intitulado: *D. Bertha Lutz: homenagem das senhoras brasileiras à ilustre presidente da União Interamericana de Mulheres*, de 1925, e um outro de divulgação do programa do curso “Cruzada nacional de educação política”, como comemoração do décimo aniversário da Federação; impresso arrolando “Os 13 princípios básicos”, como sugestões ao anteprojeto da Constituição, de 1933, enfatizando questões vinculadas ao cotidiano das mulheres, especificamente sobre a maternidade e proteção à infância, condições de trabalho, estado civil, dentre outras; palestra *Como escolher um bom marido*, na visão de um eugenista, realizada pelo dr. Renato Kehl; fragmentos da tese de livre-docência de Bertha Lutz: *A nacionalidade da mulher casada perante*

o direito internacional privado, apresentada à Faculdade de Direito de Niterói, no concurso para livre-docência na cadeira de direito internacional privado; o artigo “A Revolução de 1930 no Brasil”; discursos de Bertha Lutz na Organização das Nações Unidas, em 1951; textos sobre o ensino agrícola, no Brasil e na Europa; entre tantos outros produzidos e acumulados no percurso de sua existência. Há também documentos pessoais de Bertha Lutz, tais como: *curriculum vitae*, passaporte, título de eleitor, dados biográficos, e, ainda mais, um significativo conjunto de imagens fotográficas referentes às atividades da Federação e de suas associadas.

Dessa documentação foi produzido um CD-ROM referente à I Conferência pelo Progresso Feminino, funcionando como um instrumento de busca.

Todo o material que compõe o Fundo FBPF é fonte de consulta, propiciando informações ao pesquisador e sendo o ponto de partida de sua análise, tendo em vista o objeto histórico estudado – no meu caso, as concepções educativas para o sexo feminino daquela agremiação associativa e suas repercussões na educação, no sistema educacional e na sociedade em geral. Para Saviani, todas as fontes históricas são construídas, são produções humanas, portanto elas estão na origem do trabalho do historiador, ou seja, “as fontes históricas não são a fonte da história (...) não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros,

enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história”.²¹ Para esse educador, todo material de pesquisa só adquire “o estatuto de fonte diante do historiador que, ao formular o seu problema de pesquisa, delimitará aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas”.²²

Tendo em vista a correspondência, até o momento foi possível perceber algumas redes de relações tecidas pela entidade. Os documentos apontam uma interlocução com a Pró-Matre; a Associação Cristã Feminina; diversas entidades internacionais feministas como a International Association of University Women e o Institute for International Education; a União Universitária Feminina; a Associação Pan-Americana de Mulheres e sua presidente Carrie Chapman Catt, também presidente da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino; com o governo federal e do Distrito Federal e de outras unidades da federação; com a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal; parlamentares, diretoras e professoras, e médicas.

Para efeito deste artigo, a seguir destaque informações trazidas pela documentação referente a I Conferência pelo Progresso Feminino, para se pensar as concepções de educação daquela entidade.

A DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À I CONFERÊNCIA PELO PROGRESSO FEMININO

Corrida no Rio de Janeiro, em 1922, ano de fundação da Federação, desta I Conferência participaram pela FBPF 25 delegadas, representantes de várias comissões compostas de senhoras da sociedade, profissionais engenheiras civis e agrônomas, funcionárias públicas, professoras, entre outras. Presidida por Bertha Lutz, teve como delegada de honra Carrie Chapman Catt, presidente da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino e da Associação Pan-Americana de Mulheres. Participaram também algumas associações, entre elas a Liga de Professores, a Cruzada Nacional Contra a Tuberculose, o Centro Social Feminino, a Cruz Vermelha, a Legião da Mulher Brasileira e a União dos Empregados no Comércio, e representantes

de vários estados da federação, como Pernambuco, Paraíba, Bahia e Sergipe, Pará, Santa Catarina, Amazonas, Espírito Santo e também do Distrito Federal. Participaram, ainda, diversos colaboradores, entre eles senadores, deputados, médicos e advogados. Foram instituídas na Conferência as seguintes comissões: Educação e instrução; Legislação do trabalho; Assistência às mães e à infância; Direitos civis e políticos; Carreiras e profissões apropriadas a serem franqueadas ao sexo feminino; Relações Pan-Americanas e Paz.

A Conferência teve como tese geral: "A colaboração da Liga pelo Progresso Feminino na educação da mulher, no bem social e aperfeiçoamentos humanos". A Comissão de Educação e Instrução discutiu diversos temas referentes à educação feminina e foi composta por Esther Pedreira de Mello; Benevenuta Ribeiro,



Congresso feminista de 1922, com a presença da líder feminista norte-americana, Carrie Chapman Catt, Berta Lutz e outras feministas.

diretora da Escola Profissional Feminina Rivadávia Correa; Maria (Xaltrão) Gaze, diretora da Escola de Aplicação; delegadas da Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal; Corina Barreiros; Maria Adelaide Quintanilha e Brites Soares, pela Federação; Carmem de Carvalho e Anna Borges Ferreira, pela Liga do Distrito Federal; Branca Canto de Mello pela Liga Paulista pelo Progresso Feminino; Carneiro Leão, diretor de Instrução Pública do Distrito Federal; e os deputados José Augusto e Tavares Cavalcante. Nela colocavam-se preocupações com a educação escolar das mulheres, envolvendo questões em torno da formação para: o magistério primário; o exercício das profissões do comércio e ofícios; a função doméstica e a responsabilidade sobre a educação dos filhos; e a formação de valores.

Especificamente, na Comissão de Educação e Instrução debatiam²⁵

- *Quanto ao ensino primário:* O ensino primário deve ser obrigatório? Desde que idade a criança deve receber a educação proporcionada pelo Estado? Desde as escolas e classes maternais e jardins da infância? É recomendável em todas as idades a co-educação dos sexos? Em caso negativo, em que idade deve cessar? As funções do magistério público primário devem ser privativas das mulheres em todos os graus? Qual a colaboração que podem ter os homens nisso? O casamento deve incompatibilizar a mulher para o exercício do magistério primário? O desenho e os trabalhos manuais devem ser obrigatórios em todos os cursos primários?



Congresso Feminista de 1922, com a presença da líder feminista norte-americana, Carrie Chapman Catt (4ª posição), Berta Lutz (5ª posição) e Júlia Lopes de Almeida (6ª posição)

- *Quanto ao ensino profissional, doméstico e agrícola:* Como primeiro passo para o ensino profissional deve-se difundir largamente o ensino do desenho a mão-livre? Deve ter a mais ampla difusão o estudo da economia doméstica com as suas aplicações à agricultura? Deve-se promover largamente a criação de escolas para mães de família, onde se ensinem, além da economia e prendas domésticas, as noções essenciais de higiene e medicina infantil? O ensino profissional deve ser obrigatório? Quais os trabalhos especiais que devem ser cultivados pelo sexo feminino e quais os modelos que devem ser ministrados? Como se deve resolver a questão da obrigatoriedade do ensino profissional para as mulheres? Em que casos podem ser dispensadas do aprendizado de artes e ofícios?
- *Quanto à educação cívica:* Nas escolas domésticas e estabelecimentos profissionais femininos, ministrar-se-á o ensino da Constituição e o direito usual, procurando-se desenvolver nas alunas a preocupação com o bem público e habilitando-as a desempenhar sua missão social.
- *Quanto ao ensino secundário e superior:* Deve ser facultativo o ingresso às mulheres em todos os cargos civis de ensino superior e secundário? Nos aludidos cursos deve haver seções especiais para as alunas ou, ao contrário, devem elas freqüentar as au-

las e exercícios escolares juntamente com os rapazes? Na hipótese do ensino simultâneo dos sexos, há necessidade de providências administrativas para resguardar a boa ordem e a disciplina? Em caso afirmativo, quais são elas?

A discussão em torno dessas questões foi acalorada. Ficou claro o embate travado no seio da entidade considerando as diversas opiniões de suas associadas, o que gerou conclusões que não correspondiam a um pensamento único da entidade. O debate em torno do ofício do magistério primário, ou seja, se as funções do magistério público primário devem ser privativas das mulheres, é representativo. Defendida por Maria José (Xaltrão) Gaze, a exclusividade da Escola Normal para mulheres era contra-argumentada por Guilhermina Vieira da Matta, delegada do Espírito Santo, que reconhecia possuir a mulher “muito mais que o homem sentimentos afetivos, paciência e astúcia para compreender a alma da criança e educá-la”,²⁴ embora houvesse a necessidade de rapazes no ensino primário, considerando que a instrução primária não era oferecida apenas nas capitais, onde a criança já tinha uma vivência com a civilização, mas também nos sertões, locais onde a comunicação era muito mais difícil, sendo mais fácil aos homens “penetrar para civilizar” os filhos daqueles que viviam afastados da civilização e em pleno analfabetismo. Fica evidente que, para ela, esta árdua tarefa seria mais

apropriada aos homens do que as mulheres, seres considerados mais frágeis naquela sociedade republicana. Seu argumento demonstra, ainda, a divisão entre a cidade e o campo no que se refere à escolarização da população àquela época.

Outro argumento está no fato de que é mais adequado aos homens lecionarem nos cursos noturnos destinados ao operariado do que às mulheres. Assim, é importante que os homens sejam preparados pela Escola Normal para esses encargos mais pesados do exercício do magistério, para que as escolas não sejam ocupadas por pessoal sem formação e incompetente. Aqui, revela-se também a divisão histórica no que se refere a quem se destina o ensino noturno, em regra destinado às classes menos favorecidas – no caso o operariado – enquanto o ensino diurno é destinado às classes mais abastadas. A preocupação é que, ao concordarem em excluir o sexo masculino da Escola Normal, não viessem elas a contribuir para a ruína desse nível de ensino naqueles estratos sociais mais desfavorecidos.

Pondera ainda que o rapaz que não dispõe de recursos para pagar a matrícula dos Ginásios pode cursar a Escola Normal, em vez de se limitar apenas à instrução primária. Seria, também, contraditório fechar as portas da Escola Normal aos homens, se a entrada das mulheres no Colégio Pedro II²⁵ e em outros cursos superiores era reivindicada naque-

le fórum de discussão. Nesse sentido, uma das responsáveis pela defesa da entrada de meninas no Colégio Pedro II é Bertha Lutz. Sua *indicação* à Comissão de Ensino foi a seguinte:

Considerando existir atualmente no Brasil ensino primário, profissional e superior destinado ao sexo feminino;

Considerando existir ensino secundário oficial para o sexo feminino na maioria, senão na totalidade dos estados;

Considerando não existir entretanto ensino oficial secundário para o sexo feminino no Distrito Federal;

Considerando ressentir-se a educação da mulher, do ponto de vista da facilidade de adquirir cultura geral, como do preparo as escolas superiores franqueadas ao sexo feminino.

A Comissão de Ensino propõe que a Conferência pelo Progresso Feminino lembre às autoridades competentes a conveniência de ser franqueado ao sexo feminino o Colégio Pedro 2º de acordo com o projeto apresentado na sua própria congregação e o voto nesse sentido de recente Congresso de Ensino, lembrando ainda a vantagem de fazer sentir às autoridades referidas ser oportuno o momento atual para franqueá-lo a fim de que no próximo concurso de entrada possam apresentar-se candidatos do sexo feminino sendo reparado deste modo, imediatamente, a lamentável

falha na instrução do sexo feminino na nossa capital.²⁶

O Colégio Pedro II foi fundado em 1837,²⁷ mas a entrada de meninas só foi efetivamente concretizada em 1927.²⁸ Assim, a presença feminina no Colégio representou o atendimento de uma das reivindicações das camadas médias e de parte do movimento feminista que se constituía na década de 1920, conforme documentos da citada Conferência.

Ainda durante o Império, “as escolas de nível secundário particulares para meninas e a Escola Normal não se equiparavam, em nível acadêmico, ao Colégio D. Pedro II, exclusivamente masculino”.²⁹ Nos países avançados, as mulheres já estavam na direção de escolas masculi-

nas, como, por exemplo, nos Estados Unidos. No Brasil, enquanto os meninos cursavam o ensino secundário, visando ao acesso aos cursos superiores, a maioria das moças cursava a Escola Normal, destinada “a profissionalização e/ou ao preparo para o lar”.³⁰

É importante reforçar que a Conferência contou com a presença do diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, Antônio Carneiro Leão (1922-1926), como membro da Comissão de Educação e Instrução, nacionalista identificado com a crença no poder da educação como meio capaz de vencer as grandes mazelas sociais (o analfabetismo e as doenças que assolavam a cidade do Rio de Janeiro e o país) e implementar as bases do novo:



Alunas e professores da Escola Venceslau Braz com Berta Lutz (4ª posição) durante o II Congresso Internacional Feminista

um novo país, uma nova cidade, um novo homem, uma nova educação. E também com várias diretoras e professoras representantes da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, além de várias professoras de outras unidades federativas, assim como filiadas à Federação.

O II Congresso Internacional Feminista realizou-se nove anos depois, em 1931, e de novo no Rio de Janeiro. É de se destacar que, entre outros documentos, há uma reportagem do *Diário Carioca* – os eventos mereceram uma grande cobertura da imprensa escrita –, onde se vê o registro fotográfico da visita das conferencistas ao Colégio Pedro II.

Conclusão

O Fundo FBPF possibilita estudos interdisciplinares a respeito da atuação da Federação e de Bertha Lutz, sua líder feminista mais “famosa”, cuja história de vida se confunde com a história da Federação. Suas bandeiras de luta e o direito

das mulheres à educação e à instrução é o que estou a pesquisar e a estudar, considerando o período coberto pela documentação – 1902 a 1972.

A identificação nesse fundo arquivístico de outras organizações ou associações representativas da luta pela emancipação feminina com suas concepções de educação já resultou no subprojeto intitulado “O ensino superior para mulheres: concepções da União Universitária Feminina”, entidade surgida em 1929, que vem sendo desenvolvido pela bolsista de iniciação científica da UNIRIO Caren Victorino Regis, sob minha orientação.

Por fim, acredito ser o trabalho de pesquisa que ora apresento uma contribuição para se pensar a trajetória da educação das mulheres e sua repercussão hoje, que não se esgota em si mesmo, pois, ao ser exposto, abre múltiplas possibilidades de discussão, o que dá o tom



II Congresso Internacional Feminista. Sentadas, Jerônima Mesquita (2ª posição), Carlota Pereira de Queiroz (4ª posição) e Berta Lutz (5ª posição)

da produção e pesquisa acadêmica.

Apresentamos apenas um texto preliminar sobre o tema, sabendo que esta fonte tem muito a ser explorada. O movimento feminista da época, em sua primeira edição no Brasil, não deixa de ter seus méritos, porém foi considerado, posteriormente, como elitista. Araújo destaca que, no Rio de Janeiro, Distrito Federal, os ideais de emancipação feminina ressoaram influenciados pelos mo-

vimentos feministas europeu e americano. Na capital, “a produção cultural, o comportamento social e a moda tentam seguir os modelos dos países considerados avançados”.³¹ Verificamos essa indumentária por meio das imagens fotográficas das ativistas da Federação, publicadas em periódicos da época por ocasião dos feitos da entidade.

Mas, por enquanto, deixemos essa discussão.

N O T A S

1. Franco Cambi, *História da pedagogia*, tradução de Álvaro Lorencini, São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1999, p. 638. (Encyclopaídeia).
2. Idem.
3. Jacques Le Goff, *A história nova*, São Paulo, Martins Fontes, 1993, p. 34.
4. A partir de 2006 o projeto passou a ter o apoio da Faperj – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.
5. Essa etapa, a partir do 2º semestre de 2005, conta com a colaboração de Caren Victorino Regis, bolsista de iniciação científica da UNIRIO, e Raquel Silva Simon como voluntária da pesquisa. Ambas alunas do curso de pedagogia da UNIRIO.
6. “Obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes em um arquivo permanente, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo.” Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Belloto (coord.), *Dicionário de terminologia arquivística*, São Paulo, Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996, p. 44. São exemplos de instrumentos de pesquisa: catálogo, guia, índice, inventários sumário e analítico, repertório.
7. Instrumento de pesquisa onde a descrição do Fundo está feita de forma sumária.
8. Coleção é uma “reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica comum”. *Dicionário de terminologia arquivística*, op. cit., p. 17.
9. Tecnicamente, a conservação é entendida como “um conjunto de procedimentos que tem por objetivo melhorar o estado físico do suporte, aumentar sua permanência e prolongar-lhe a vida útil, possibilitando, desta forma, o seu acesso por parte das gerações futuras”. Sérgio Conde de Albite Silva, *Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas*, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1998, p. 9 (Centro de Memória, Comunicação Técnica, 1).

- 10 A restauração já é um procedimento muito mais caro e agressivo, fragilizando o suporte de papel. Conceitualmente, é entendido como “um conjunto de procedimentos que visa recuperar, o mais próximo possível, o estado original de uma obra ou documento”. O ideal é que se proceda a conservação preventiva que “abrange não só a melhoria das condições do meio ambiente nas áreas de guarda do acervo e nos meios de armazenagem, como também cuidados com o acondicionamento e o uso adequado dos acervos, visando retardar a degradação dos materiais. É, pois, um tratamento de massa, feito em conjunto”. As ações de conservação preventiva são aconselhadas por serem mais econômicas, dando uma longevidade ao documento, evitando com isso uma intervenção mais radical como a restauração. (Sergio Conde de A. Silva, op. cit., p. 9).
11. Embora saiba que a organização técnica e a higienização de um conjunto de documentos arquivísticos demanda longo tempo.
12. No *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*, biográfico e ilustrado, encontramos verbetes de algumas dessas mulheres, a saber: Bertha Lutz (ver p. 106-112); Stella Durval (ver p. 502); Jeronyma Mesquita (ver p. 290-291); Evelina Arruda Pereira (ver p. 214-215). Mantive os nomes grafados como aparecem no documento original. No Dicionário também encontramos um verbete referente à FBPF (ver p. 217-225). Schuma Schmaher e Êrico Vital Brazil (orgs.), *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até atualidade*, biográfico e ilustrado, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.
13. Ibidem, p. 106-112.
14. Ibidem, p. 399.
15. Nailda Marinho da Costa Bonato, *A escola profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica*, Campinas, Unicamp, 2003, (tese de doutorado em educação defendida em 6 de agosto de 2003).
16. Aqui, repertório é entendido como um instrumento de pesquisa composto de documentos previamente selecionados, pertencentes a um ou mais fundos ou arquivos, segundo um critério temático. Nesse caso, do Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, destacam-se os documentos que, de uma forma ou de outra, trazem a temática educação feminina.
17. Conforme José Honório Rodrigues, *A pesquisa histórica no Brasil*, 3ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília, INL, 1978. (Brasiliana: Série grande formato; v. 20).
18. Conjunto de documentos produzidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no percurso de sua existência, e que é custodiado em caráter definitivo, em função do seu valor de uso probatório, histórico, social e cultural. *Dicionário de terminologia arquivística*, op. cit., p. 8.
19. Ibidem, p. 40.
20. Sinalizamos que a bibliografia sobre Bertha Lutz e a Federação se refere ao evento de 1922 como “I Congresso Internacional pelo Progresso Feminino”; aqui estamos usando a denominação “Conferência” tal como encontrada nos originais do arquivo da Federação. Entretanto, conforme os documentos de 1931, ocorre o “II Congresso Internacional pelo Progresso Feminino”.
21. Dermeval Saviani, Breves considerações sobre fontes para a história da educação, em José Claudinei Lombardi e Maria Isabel Moura Nascimento (orgs.), *Fontes, história e historiografia da educação*, Campinas, Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004, p. 5-6 (Coleção Memória da Educação).
22. Ibidem, p. 6-7.
23. Fonte: Fundo FBPF/AN.
24. Fonte: Fundo FBPF/AN.
25. Fundado em 1837, só a partir de 1882 vamos encontrar algumas poucas matrículas de meninas no conceituado Colégio. Conforme Escragnolle Dória, em sua obra *Memória histórica do Colégio Pedro Segundo* (1939, p. 170), a abertura do ano letivo de 1883 no externato seria marcado por uma novidade: “O dr. Candido Barata Ribeiro, lente de medicina, requereu matrícula no 1º ano para suas filhas Cândida e Leonor Borges Ribeiro. Ocupava a Pasta do Império, o senador Pedro Leão Velloso, o qual por aviso de 22 de fevereiro de 1883 autorizou o reitor da Instituição a admitir no externato “alunas do

sexo feminino”, por não existir disposição legal proibitiva. Além das filhas do médico, aproveitaram-se da concessão Maria Julia Picanço da Costa, Olympia e Zulmira de Moraes Kohn, também depois professoras municipais”. Podemos também constatar essa informação no verbete sobre Yvone Monteiro da Silva, aluna do Colégio em 1927, no *Dicionário mulheres do Brasil*: de 1500 até atualidade, biográfico e ilustrado, op. cit., p. 529. Em 1885, havia no estabelecimento 15 alunas matriculadas e cinco ouvintes. O reitor solicitava ao ministro a nomeação de uma inspetora, ponderando, contudo, a conveniência de serem as alunas do externato, encaminhadas para outras instituições escolares adequadas ao sexo feminino. Das alunas do externato uma contava 22 anos de idade, outra 16, a idade das demais variava entre 10 e 14 anos. Só uma freqüentava o 3º ano, as outras o 1º e o 2º ano. Finalizava o ano letivo de 1885 com a providência do ministro Mamoré no sentido de não mais serem admitidas alunas, por ser o Colégio destinado somente ao ensino de pessoas do sexo masculino. Mas como seria injusto deixar as alunas do externato ao desamparo de instrução convinha encaminhá-las para a Escola Normal, para o Liceu de Artes e Ofícios (O Liceu mantinha uma seção de ensino para o sexo feminino) ou mesmo para o “Curso noturno gratuito para o sexo feminino estabelecido no Externato do Instituto de Instrução Secundária depois estabelecido no Ginásio Nacional”, fundado pelo professor José Manoel Garcia. Assim, em 1889 as alunas são transferidas para estabelecimentos de ensino “próprios para o sexo feminino”, voltando aquela instituição educativa a ser exclusivamente para o sexo masculino até 1926.

26. Fonte Fundo FBPF/AN.

27. De acordo com Escragnolle Doria, op. cit., o Colégio teve origem no Seminário São Joaquim. A proposta de reorganização desse Seminário ocorreu na Regência de Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda, sendo ministro da Justiça e interino do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos. Através do decreto de 2 de dezembro de 1837, o Seminário foi batizado de “Colégio de Pedro Segundo”. A data foi escolhida de propósito por conta da passagem natalícia do imperador Pedro II. A inauguração aconteceu em 25 de março de 1838.

28. Em 1926, em virtude de uma interpretação dada pelo diretor-geral do Departamento Nacional de Ensino a um dispositivo do decreto nº 16.782A, permitiu-se que no externato ingressasse uma aluna de nome Yvonne Monteiro da Silva, iniciando seus estudos no ano seguinte. Isso abriu precedente para outras matrículas. Então, naquele ano de 1927, encontramos matriculadas no externato 27 meninas e 717 meninos.

29. Rosa Maria Barboza de Araújo, *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Rocco, 1995, p. 70.

30. Rachel Soihet, A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz, *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, Anped; Campinas, Autores Associados, set./dez. 2000, n. 15, p. 98.

31. Rosa Maria Barboza de Araújo, *A vocação do prazer*, op. cit., p. 72.